

do Orçamento Popular de Teresina, garantida ampla participação popular em todas as suas etapas, na forma referida no inciso I, do art. 4º, desta Lei.

§ 2º A elaboração dos Projetos de Lei que tratam do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, ocorrerá com larga participação dos cidadãos, através do Orçamento Popular, na forma estabelecida nesta Lei.

## CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS

Art. 2º Constituem princípios básicos do Orçamento Popular de Teresina:

- I - transparência das políticas públicas, através de dispositivos de prestação de contas;
- II - empoderamento da sociedade, através da sua participação na gestão e fiscalização das políticas públicas municipais;
- III - incentivo à cultura de corresponsabilidade entre poderes constituídos e população;
- IV - fortalecimento da elaboração participativa do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA.

## CAPÍTULO III DA METODOLOGIA DO ORÇAMENTO POPULAR

Art. 3º O processo de participação popular no Programa Orçamento Popular de Teresina será de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, por meio da Assessoria Especial do Orçamento Popular, instituída pela Lei Municipal nº 4.359, de 22 de janeiro de 2013, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEMDUH, e será realizado por uma sistemática anual e respectivas etapas, conforme previsto no Regimento Interno do Orçamento Popular de Teresina.

§ 1º Considera-se sistemática do Orçamento Popular o procedimento anual, constituído por etapas realizadas através de assembleias, fóruns e reuniões do Conselho Municipal do Orçamento Popular de Teresina, em todas as regiões administrativas da Cidade, visando identificar as prioridades de obras e serviços para auxiliar na elaboração das leis orçamentárias, bem como propiciar a participação direta da sociedade na gestão municipal.

§ 2º As Secretarias Municipais e demais órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal deverão colaborar para a realização de toda a sistemática do Orçamento Popular de Teresina e prestarão, sempre que solicitados, os documentos, informações e esclarecimentos necessários.

Art. 4º Na forma prevista no art. 8º, desta Lei, o Regimento Interno do Orçamento Popular de Teresina deverá prever, entre outras particularidades:

- I - os objetivos, o funcionamento e a forma de participação de cada uma das etapas do Orçamento Popular;
- II - a forma de votação das propostas e dos conselheiros que se dará por meio manual e/ou eletrônica;
- III - o modo de constituição e funcionamento do Conselho Municipal do Orçamento Popular de Teresina;
- IV - as funções e atribuições dos conselheiros regionais; e
- V - as premissas para a eleição dos Conselheiros de cada regional da Cidade.

## CAPÍTULO IV DO CONSELHO MUNICIPAL DO ORÇAMENTO POPULAR DE TERESINA

Art. 5º O Conselho Municipal do Orçamento Popular de Teresina, reinstituído pela Lei nº 4.282, de 25 de maio de 2012, como instância do Programa Orçamento Popular, tem suas atribuições, composição e metodologia de funcionamento previstas no Regimento Interno do Conselho Municipal do Orçamento Popular de Teresina, na forma estabelecida no art. 8º, desta Lei.

Art. 6º A Câmara Municipal de Teresina terá assento no Conselho Municipal do Orçamento Popular de Teresina, com a indicação de um Vereador para ocupar função de conselheiro titular e um outro Vereador para conselheiro suplente.

Art. 7º Terão assento no Conselho Municipal do Orçamento Popular de Teresina até 5 (cinco) Entidades de Interesse Social, sem fins lucrativos, de atuação no âmbito municipal e/ou estadual, com indicação, por Entidade, de um conselheiro titular e um outro suplente.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 8º O Regimento Interno do Orçamento Popular de Teresina será elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEMDUH, em parceria com a Procuradoria Geral do Município - PGM, e entidades comunitárias, obedecendo aos princípios básicos que constituem a participação popular, devendo ser, posteriormente, discutido e aprovado em reunião no Conselho Municipal do Orçamento Popular de Teresina, exigindo-se a presença da maioria simples para sua aprovação, com posterior envio para anuência do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 1º Qualquer alteração a ser realizada no Regimento Interno do Orçamento Popular de Teresina deverá ser feita com total obediência aos princípios básicos previstos no art. 2º, desta Lei, sendo, posteriormente, discutida e aprovada em reunião no Conselho Municipal do Orçamento Popular de Teresina, exigindo-se a presença de maioria simples dos conselheiros para sua aprovação.

§ 2º As Resoluções aprovadas serão encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que as acolherá ou rejeitará, no todo ou em parte.

Art. 9º Ao final de toda a sistemática, o referido Conselho Municipal apresentará um relatório, por regional administrativa, contendo todas as propostas (obras/serviços) aprovadas a serem incluídas no Projeto da Lei Orçamentária Anual - PLOA.

Art. 10. Através do Orçamento Popular de Teresina, os diversos segmentos da sociedade teresinense tomam parte da elaboração do Orçamento-Programa do Município de Teresina.

Art. 11. A participação popular na elaboração do Orçamento Programa Anual do Município de Teresina dar-se-á por meio das entidades representativas da sociedade e dos cidadãos teresinenses organizados, mediante sistemática própria definida no Regimento Interno.

Art. 12. O valor máximo dos recursos para aplicação no Orçamento Popular será divulgado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEMDUH, através de Portaria, com publicação no Diário Oficial do Município.

Parágrafo único. Compete à SEMDUH a distribuição dos recursos destinados ao Orçamento Popular para cada Regional / Zona Rural, levando-se em consideração critérios técnicos em função da área, população, entre outros.

Art. 13. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá contemplar a previsão orçamentária discutida durante a sistemática do Orçamento Popular de Teresina, definida nesta Lei.

Art. 14. As propostas aprovadas no Orçamento Popular e devidamente compatibilizadas e inseridas no Projeto da Lei Orçamentária Anual - PLOA serão submetidas à apreciação da Câmara Municipal de Teresina e, posteriormente, publicadas no Diário Oficial do Município.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teresina (PI), de 11 de dezembro de 2019.

FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO  
Prefeito de Teresina

Esta Lei foi sancionada e numerada aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove.

FERNANDO FORTES SAID  
Secretário Municipal de Governo

**LEI COMPLEMENTAR Nº 5.459, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.**

Institui o Programa de Pagamento Incentivado - PPI, destinado a promover a adimplência de sujeitos passivos no Município de Teresina e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Teresina aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I  
DA INSTITUIÇÃO, ABRANGÊNCIA, FORMA E CONDIÇÕES

Seção I  
Da instituição e abrangência

Art. 1º Fica instituído o Programa de Pagamento Incentivado - PPI, destinado a promover a adimplência de sujeitos passivos no Município de Teresina, possibilitando, nas condições estabelecidas nesta Lei Complementar, o pagamento de créditos tributários ou não tributários, da Fazenda Pública, inscritos ou não em Dívida Ativa do Município.

Art. 2º Para fins do Programa ora instituído, somente serão objeto do PPI os créditos que se enquadrarem nos seguintes requisitos:

I - em se tratando de crédito não tributário ou de crédito tributário, oriundo do descumprimento de obrigação acessória, tenham data de vencimento até 31/10/2019;

II - no caso de ISS lançado de ofício, incluída a multa dele decorrente, tenha sido constituído até a data de encerramento do Programa, independente da data de ocorrência do fato gerador;

III - nos demais casos, que o fato gerador da obrigação tenha ocorrido até 31/10/2019.

§ 1º Os créditos, tributários ou não, já executados judicialmente, com bens penhorados ou com efetivação de depósitos em dinheiro, somente poderão ser regularizados, nas condições estabelecidas nesta Lei Complementar, após manifestação da Procuradoria-Geral do Município de Teresina - PGM.

§ 2º Os créditos sob discussão judicial poderão ser objeto de pagamento na forma prevista nesta Lei Complementar, desde que o interessado desista de toda e qualquer ação que envolva o crédito objeto da transação, incluindo os embargos à execução e os recursos pendentes de apreciação, com renúncia do direito sob o qual se fundam, nos autos judiciais respectivos, inclusive na hipótese do § 1º, deste artigo.

§ 3º Poderão ser incluídos no PPI eventuais saldos de parcelamentos e reparcelamentos em andamento.

§ 4º Não serão objeto dos benefícios de que trata esta Lei Complementar os créditos relativos a:

I - custas judiciais e as demais pronúncias de direito relativas ao processo judicial;

II - multas de trânsito;

III - alienação de área, outorga onerosa e direito de construir;

IV - indenizações devidas ao Município por danos causados ao seu patrimônio;

V - multas de natureza contratual.

§ 5º Os créditos de ISS declarados por optantes pelo SIMPLES NACIONAL no PGDAS só poderão ser enquadrados no PPI quando já transferidos pela Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ao Município, para cobrança e inscrição em Dívida Ativa.

§ 6º Para fins de enquadramento no Programa, ao ISS lançado por estimativa aplicar-se-á a regra do inciso III, do caput deste artigo.

Seção II  
Da forma e condições do PPI

Art. 3º Os créditos tributários ou não, objeto do pagamento de que trata esta Lei Complementar, serão consolidados na data da adesão do sujeito passivo a este Programa e expressos em reais, constituindo-se do valor principal, atualização monetária, penalidade pecuniária, juros e multa moratória.

Art. 4º Os sujeitos passivos, contribuintes do ISS ou do IPTU, que desejem obter os benefícios deste Programa deverão, na data da adesão, realizar a atualização cadastral, respectivamente, junto à Divisão de Cadastro Mercantil e ao Cadastro Imobiliário Fiscal - CIF da Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo único. O sujeito passivo contribuinte do ISS deve também comprovar estar autorizado para emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica-

NFS-e, na data da adesão ao PPI, caso a legislação o obrigue ao uso desse documento fiscal.

Art. 5º A adesão ao PPI dar-se-á, por opção do sujeito passivo, mediante pagamento à vista ou da primeira parcela, em caso de parcelamento, por meio de DATM no período de vigência do Programa.

§ 1º Os créditos tributários constituídos ou confessados poderão ser incluídos no PPI dentro do prazo previsto para adesão ao Programa.

§ 2º Os créditos municipais já parcelados ou reparcelados, ajuizados ou não, serão negociados separadamente, por processo, tendo por base a atualização dos mesmos na data da adesão ao Programa.

§ 3º Os créditos tributários não constituídos, incluídos no PPI por opção do contribuinte, serão declarados em termo de confissão de débito na data da adesão ao Programa.

§ 4º O contribuinte poderá aderir ao PPI para quitar créditos cuja constituição esteja pendente de julgamento de reexame necessário pelo Conselho de Contribuintes, ficando extinto o crédito.

§ 5º O pagamento do crédito tributário, no âmbito do PPI, não produz efeitos sobre termos de exclusão do SIMPLES NACIONAL lavrados por descumprimentos à legislação fiscal.

§ 6º O prazo de adesão ao PPI se encerra no dia 30 de dezembro de 2019.

Art. 6º A adesão ao PPI implica o reconhecimento dos créditos nele incluídos, ficando condicionada à desistência prévia de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam nos autos judiciais respectivos e à desistência prévia de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo, além da comprovação de recolhimento de custas e encargos porventura devidos.

§ 1º Os devedores com depósitos judiciais efetivados e com penhora realizada em conta bancária em garantia do juízo poderão aderir ao PPI através da liberação dos depósitos em favor da Fazenda Pública Municipal, os quais servirão de pagamento, no todo ou em parte, dos créditos incluídos no PPI.

§ 2º Caso os valores depositados, previstos no § 1º deste artigo, superem o total dos créditos já calculados na forma do PPI, o devedor poderá levantar o valor remanescente a seu favor após autorização expressa do Secretário Municipal de Finanças ou do Procurador-Geral do Município, conforme o caso.

§ 3º O devedor que requerer a adesão ao PPI dentro do prazo e tiver o seu depósito judicial liberado depois do término do programa por demora imputável exclusivamente ao Poder Judiciário, terá assegurada a sua participação no PPI nas condições vigentes durante o programa, devendo a data de conversão do depósito em renda ser considerada como data de consolidação do débito, para os fins do art. 3º da presente Lei.

CAPÍTULO II  
DA EXECUÇÃO DO PPI

Seção I  
Do pagamento à vista

Art. 7º Sobre os créditos incluídos no PPI incidirão atualização monetária, multa e juros de mora, até a data da formalização da adesão ao Programa, nos termos da legislação aplicável, além de honorários advocatícios e emolumentos, quando se tratar de créditos ajuizados.

§ 1º Ocorrendo o pagamento à vista de créditos não tributários, vencidos e consolidados na forma do caput deste artigo, será concedido desconto de 100% (cem por cento) sobre os juros de mora e 50% (cinquenta por cento) sobre a penalidade pecuniária.

§ 2º Ocorrendo o pagamento à vista de créditos tributários oriundos de obrigação principal, ajuizados ou não, vencidos e consolidados na forma do caput deste artigo, será concedido desconto de 100% (cem por cento) sobre multa moratória, juros moratórios e multa por penalidade pecuniária.

§ 3º Tratando-se de crédito tributário decorrente de obrigação acessória, o crédito consolidado poderá ser pago à vista com redução de 100% (cem por

cento) dos juros de mora e 50% (cinquenta por cento) do valor da penalidade.

Art. 8º Os créditos consolidados para pagamento à vista na forma desta Lei Complementar, e que tenham execução fiscal ajuizada até 31.12.2009 terão, além dos descontos mencionados no art. 7º, desconto de 80% (oitenta por cento) sobre a atualização monetária.

§ 1º Para fins de comprovação do ajuizamento a que se refere o caput deste artigo, serão consideradas as informações do Sistema Integrado de Administração Tributária - SIAT, da Secretaria Municipal de Finanças - SEMF, ou certidão emitida pelo Poder Judiciário que possibilite a identificação do processo judicial que será extinto com o pagamento do crédito, devendo constar da certidão, no mínimo:

- I - o nome completo do executado;
- II - a vara de tramitação do processo judicial;
- III - o número do processo judicial respectivo;
- IV - data de protocolização do processo no setor de distribuição do Poder Judiciário; e
- V - número da Certidão de Dívida Ativa - CDA.

§ 2º Os benefícios concedidos na forma do caput não se aplicam aos tributos devidos na condição de responsável ou substituto tributário.

#### Seção II Do parcelamento

Art. 9º Os créditos tributários oriundos de obrigação principal consolidados para adesão ao PPI terão as seguintes reduções, em caso de parcelamento:

- I - 80% (oitenta por cento) de juros e multas moratórias e punitivas, se contratados em até 12 (doze) parcelas;
- II - 60% (sessenta por cento) de juros e multas moratórias e punitivas, se contratados de 13 (treze) a 24 (vinte e quatro) parcelas;
- III - 40% (quarenta por cento) de juros e multas moratórias e punitivas, se contratados em período superior a 24 (vinte e quatro) parcelas.

Parágrafo único. O prazo máximo do parcelamento referente aos créditos de que trata este artigo obedece ao Anexo Único, desta Lei Complementar.

Art. 10. Tratando-se de crédito não tributário ou crédito tributário oriundo de multa por descumprimento de obrigação acessória, será obedecido o prazo do art. 9º e haverá redução de 50% (cinquenta por cento) dos juros moratórios e de 20% (vinte por cento) no valor da penalidade, respeitado o limite previsto no art. 13, § 2º, desta Lei Complementar.

Art. 11. Para os fins do disposto nesta Seção, entende-se como saldo remanescente o valor total do crédito consolidado na data da adesão menos o valor do desconto a ser concedido e calculado na data do contrato.

Art. 12. Os valores parcelados sujeitar-se-ão, a partir da data da consolidação:

- I - à atualização monetária anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, ou outro índice que venha a substituí-lo;
- II - à incidência de juros financeiros mensais de 1% (um por cento) ao mês ou fração;
- III - incidência de multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento), e de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês ou fração, no caso de atraso no pagamento da parcela.

Art. 13. O valor das parcelas será definido da seguinte forma:

- I - a primeira parcela terá seu valor escolhido pelo sujeito passivo, respeitando-se os valores mínimos estabelecidos nesta Lei Complementar;
- II - a última parcela corresponderá ao valor do benefício a ser concedido; e
- III - as demais parcelas serão calculadas subtraindo-se do montante do crédito consolidado o valor da primeira e da última parcelas.

§ 1º A primeira parcela terá vencimento em 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato e as demais vencerão no dia correspondente à data do primeiro pagamento, nos meses subsequentes.

§ 2º Caso a adesão tenha sido feita por meio de depósito judicial convertido em renda depois de expirado o prazo de adesão, conforme o art. 6º, § 3º da presente Lei, a data da conversão do depósito em renda será considerada como vencimento da primeira parcela.

§ 3º O valor da parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoa física e a R\$ 100,00 (cem reais) para pessoa jurídica.

§ 4º O valor mínimo da primeira parcela do contrato será de 10% (dez por cento) do saldo remanescente, na forma do art. 11, desta Lei Complementar.

§ 5º O montante residual, representado pelos descontos concedidos e correspondente à última parcela, será exigido somente no caso do sujeito passivo ser excluído do PPI.

#### Seção III Da permanência no PPI

Art. 14. O sujeito passivo beneficiado com parcelamento, na forma desta Lei Complementar, fica obrigado a manter sua regularidade fiscal, inclusive com relação a tributos vincendos, sob pena de ser excluído do Programa, com a recomposição dos valores originários do crédito consolidado, como se benefício algum houvesse sido concedido.

#### Seção IV Da exclusão do PPI

Art. 15. Relativamente a parcelamento concedido com base nesta Lei Complementar, consideram-se vencidas, imediata e antecipadamente, todas as parcelas não pagas, retornando o crédito à situação anterior ao parcelamento, quando:

- I - ocorrer inadimplência acumulada de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, ou a inadimplência de qualquer parcela do contratado por mais de 90 (noventa) dias;
- II - ocorrer inadimplência de 3 (três) parcelas de créditos tributários, cujos fatos geradores tenham ocorrido após a concessão do parcelamento de que trata esta Lei Complementar.

§ 1º O saldo devedor resultante do cancelamento do parcelamento será inscrito em Dívida Ativa e encaminhado à execução fiscal.

§ 2º O PPI não configura novação ou moratória.

### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 16. O ingresso no PPI sujeita o contribuinte à aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar e constitui confissão irrevogável e irretirável da dívida relativa aos créditos tributários e não tributários nele incluídos, com reconhecimento expresso da certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no art. 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, no art. 382, parágrafo único, do Código Tributário Municipal, e no art. 202, inciso VI, do Código Civil vigente.

§ 1º A homologação da adesão ao PPI dar-se-á no momento:

- I - do pagamento à vista de DATM;
- II - do pagamento da primeira parcela do acordo, no caso de parcelamento;
- III - da conversão do depósito em renda, no caso de utilização de depósito judicial para adesão ao PPI.

§ 2º A homologação dos créditos que o contribuinte tenha contra o Município de Teresina apresentados à compensação dar-se-á na forma disposta no art. 376, da Lei Complementar nº 4.974, de 26 de dezembro de 2016.

Art. 17. Não serão restituídas, no todo ou em parte, com fundamento nas disposições desta Lei Complementar, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente ao início de sua vigência.

Art. 18. Os benefícios concedidos na forma desta Lei Complementar não serão aplicados cumulativamente com qualquer outro benefício previsto na legislação tributária.

Art. 19. O sujeito passivo poderá compensar do montante principal do crédito tributário, calculado na conformidade do art. 3º, desta Lei Complementar, o valor de créditos líquidos, certos e não prescritos, vencidos até 31/10/2019, que tenha contra o Município de Teresina, excluídos os relativos a precatórios judiciais, permanecendo no PPI o saldo do crédito que eventualmente remanescer.

§ 1º As entidades da Administração Pública Federal Direta e Indireta poderão apresentar à compensação de que trata o caput deste artigo créditos da União contra o Município de Teresina.

§ 2º O sujeito passivo que pretender utilizar a compensação prevista neste artigo, apresentará na data da formalização do pedido de ingresso no PPI, além do valor dos créditos a liquidar, o valor de seus créditos líquidos, indicando a origem respectiva.

§ 3º Os créditos tributários de que trata o caput deste artigo serão corrigidos nos termos do art. 400, da Lei Complementar nº 4.974, de 26 de dezembro de 2016, até a data da efetiva compensação.

Art. 20. O prazo para adesão ao PPI, previsto no art. 5º, § 6º, desta Lei Complementar, poderá ser prorrogado por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 21. O PPI será coordenado e executado pela Secretaria Municipal de Finanças, ficando o seu titular autorizado a baixar os atos necessários à sua plena execução, se necessário for.

Art. 22. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teresina (PI), de 18 de dezembro de 2019.

FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO  
Prefeito de Teresina

Esta Lei Complementar foi sancionada e numerada aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove.

FERNANDO FORTES SAID  
Secretário Municipal de Governo

ANEXO ÚNICO  
QUANTIDADE DE PARCELAS

Saldo Remanescente (RS)	Quantidade de Parcelas
Até 300,00	04
De 300,01 a 500,00	08
De 500,01 a 1.000,00	12
De 1.000,01 a 1.500,00	16
De 1.500,01 a 2.000,00	20
De 2.000,01 a 3.000,00	24
De 3.000,01 a 5.000,00	36
De 5.000,01 a 8.000,00	40
De 8.000,01 a 12.000,00	48
De 12.000,01 a 20.000,00	56
De 20.000,01 a 30.000,00	60
De 30.000,01 a 50.000,00	66
De 50.000,01 a 70.000,00	70
De 70.000,01 a 100.000,00	80
Acima de 100.000,00	90

**DECRETO Nº 19.283, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA, Estado do Piauí, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 71, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Complementar nº 2.959, de 26.12.2000 (Lei de Organização Administrativa do Poder Executivo), com alterações posteriores, resolve

NOMEAR

LÍGIA MARIA MENESES MONTEIRO para exercer o cargo de Diretor do Centro de Convivência da 3ª Idade, Símbolo Especial, da Fundação Municipal de Saúde – FMS, com efeitos a partir de 05.12.2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teresina (PI), em 9 de dezembro de 2019.

FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO  
Prefeito de Teresina

FERNANDO FORTES SAID  
Secretário Municipal de Governo

**DECRETO Nº 19.291, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA, Estado do Piauí, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 71, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Complementar nº 2.959, de 26.12.2000 (Lei de Organização Administrativa do Poder Executivo), com alterações posteriores; e em atenção ao Ofício nº 1.334/2019 – GAB/PRES/FMS, e no Processo nº 00045.002007/2019-70-SEI, resolve

EXONERAR

JAMES RICARDO SOARES BRITO do cargo de Diretor Clínico da UPA (UPA Satélite), Símbolo Especial, da Fundação Municipal de Saúde – FMS, com efeitos a partir de 17.10.2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teresina (PI), em 12 de dezembro de 2019.

FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO  
Prefeito de Teresina

FERNANDO FORTES SAID  
Secretário Municipal de Governo

**DECRETO Nº 19.292, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA, Estado do Piauí, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 71, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Complementar nº 2.959, de 26.12.2000 (Lei de Organização Administrativa do Poder Executivo), com alterações posteriores; e em atenção ao Ofício nº 1.334/2019 – GAB/PRES/FMS, e no Processo nº 00045.002007/2019-70-SEI, resolve

NOMEAR

THYBERIO GYORGI DE ALMEIDA PINTO para exercer o cargo de Diretor Clínico da UPA (UPA Satélite), Símbolo Especial, da Fundação Municipal de Saúde – FMS, com efeitos a partir de 17.10.2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teresina (PI), em 12 de dezembro de 2019.

FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO  
Prefeito de Teresina

FERNANDO FORTES SAID  
Secretário Municipal de Governo

**DECRETO Nº 19.293, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA, Estado do Piauí, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 71, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Complementar nº 2.959, de 26.12.2000 (Lei de Organização Administrativa do Poder Executivo), com alterações posteriores; e em atenção ao Ofício nº 1.339/2019 – GAB/PRES/FMS, e no Processo nº 00045.002008/2019-43-SEI, resolve

NOMEAR

DANTE OLIVEIRA DE ALMENDRA FREITAS para exercer o cargo de Chefe de Gerência Executiva da FMS (Gerência de Saúde Bucal/DAB), Símbolo Especial, da Fundação Municipal de Saúde – FMS, com efeitos a partir de 28.11.2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teresina (PI), em 12 de dezembro de 2019.

FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO  
Prefeito de Teresina